

É POSSÍVEL PENSAR EM UM COMUM?

No início da primavera de 2019 passei algumas semanas meditando sobre o tema aglutinador do curso que pretendia oferecer, durante o primeiro semestre letivo de 2020, no Programa de Pós-Graduação em Literatura da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Hesitava entre duas opções, que na verdade poderiam muito bem ser colocadas em relação, a depender de como abordadas, para pensar dilemas, ou crises, subjacentes a processos estéticos – logo políticos – inerentes aos tensos desdobramentos da modernidade ocidental, posto repercutirem práticas e processos de fazer, sentir e pensar literaturas e artes, e por extensão modos, formas e organizações de vida potencializadas por elas, mas também controladas por discursos e demais dispositivos disciplinadores, sobretudo a partir do final do século XVIII.

Uma das preocupações era atentar para o momento histórico no qual íamos passo a passo adentrando (e ainda estamos obrigados a lidar com ele, o que nesse caso significa, só pode significar, reagir a ele, *hélas*, sobrevividos e sobrevividos), marcado por um evidente recrudescimento, e não só no plano nacional, de posturas e práticas totalitárias, logo excludentes, impostas por distintas esferas detentoras de poder. Isso porque parte dos e das responsáveis por traçar políticas públicas que poderiam, ou melhor, deveriam, ao menos desde um ponto de vista ético, contemplar a maior pluralidade possível de reivindicações e necessidades, optam por governar atendendo a interesses de grupos e nichos específicos.

Para tanto, mal protegidos e protegidas por uma nada densa cortina de fumaça exalada por um discurso que se serve de rarefeitos bordões relativos a um ideário primário do exercício da liberdade e, em especial, da democracia, que por natureza são e só podem ser avessos ao consenso, valem-se de sua autoridade, consignada pelo voto popular, para favorecer a concentração e a exploração econômicas, destruir estruturas e infraestruturas votadas ao bem-estar comum e à preservação ambiental (em perfeita sintonia, aliás, com o que consta em negrito na cartilha neoliberal) e reprimir usos, costumes e comportamentos que não sejam sancionados pelo cinzento senso comum proclamado em nome de incertas “pessoas de bem”. Nesse contexto, o ideal seria que os tópicos abordados permitissem refletir, a partir de leituras e discussões de experiências e proposições provenientes de intelectuais dotados de agudo senso crítico e apuro teórico, sobre processos históricos nos quais

dissenções e dissensos ousavam atravessar posturas e discursos homogêneos e hegemônicos, constringentes, oriundos de diferentes instâncias de poder, com destaque para aquelas mais intimamente ligadas à literatura e às artes.

Uma das opções respondia a um antigo flerte que venho nutrindo com o Romantismo alemão, ou Círculo de Jena, cuja compreensão radical da poesia enquanto abertura para ou apresentação de um Outro irredutível (o que coloca em questão, entre outros desdobramentos, o estatuto do Sujeito tido como unidade ou totalidade presumida), de um lado, e o empenho de parte de seus membros em esgarçar as fronteiras que separam a teoria (isto é, a filosofia) da literatura e, ainda, territorializam categorias a partir de uma pressuposta pureza, de outro, há anos me fascinam. Tal fascinação, despertada pela leitura diversa e dispersa de escritos dos próprios membros do grupo romântico, foi ademais alimentada pela passagem por ensaios de Maurice Blanchot (como *O Athenaeum*)¹ e por *O absoluto literário*, livro em que Philippe Lacoue-Labarthe e Jean-Luc Nancy qualificam esse que segundo eles foi, a um só tempo, o “primeiro romantismo” e o “romantismo’ primeiro”, como tendo constituído o “primeiro grupo de ‘vanguarda’ da história”.²

E, também, por *O conceito de crítica de arte no romantismo alemão*, Tese de doutoramento, defendida em 1919, na qual Walter Benjamin, ao discorrer acerca do conhecido Fragmento 116 publicado na revista *Athenäum*, em 1798, conclui que a “poesia romântica é, portanto, a Ideia mesma da poesia; ela é o *continuum* das formas artísticas”³, sintetizando, com o rigor e a perspicácia habituais, o caráter proteico, disseminador, que o grupo de Jena atribuía à poesia e à filosofia. Uma atribuição, decerto, mas ao mesmo tempo uma severa demanda que desde então nos assombra.

A notoriedade desse Fragmento, cuja autoria é atribuída a Friedrich Schlegel, em boa medida se deve à ousadia dos elogios dedicados ao necessário inacabamento ou à perfeita imperfeição, à proclamação da necessidade de ao menos procurar roçar o virtual, idealizando-o, à assunção do empenho em conjugar disparidades, apesar dos riscos subjacentes a tal tarefa, à exigência de dessubstanciar o ser do sujeito, à concepção da teoria como processo ou

¹ BLANCHOT, Maurice. *O Athenaeum. A conversa infinita – 3* (A ausência de livro). Tradução de João Moura Jr. São Paulo: Escuta, 2010, p. 101-112.

² LACQUE-LABARTHE, Philippe; NANCY, Jean-Luc. *El absoluto literario* (Teoría de la literatura del romanticismo alemán). Tradução de Cecilia González y Laura Caragati, Bs As: Eterna cadencia, 2012 [1978]; p. 15; 27.

³ BENJAMIN, Walter. *O conceito de crítica de arte no romantismo alemão*. Tradução de Márcio Seligmann-Silva. 3. ed. São Paulo: Iluminuras, 2002, p. 93.

exercício especulativo, entre outros. Nele, com efeito, estão presentes afirmações cujo grau de contundência é, desde qualquer perspectiva, incontestável. Sirva de exemplo suas linhas finais:

O gênero poético romântico ainda está em devir; sua verdadeira essência é mesmo a de que só pode vir a ser, jamais ser de maneira perfeita e acabada. Não pode ser esgotado por nenhuma teoria, e apenas uma crítica divinatória poderia ousar pretender caracterizar-lhe o ideal. Só ele é infinito, assim como só ele é livre, e reconhece, como sua primeira lei, que o arbítrio do poeta não suporta nenhuma lei sobre si. O gênero poético romântico é o único que é mais que um gênero e é, por assim dizer, a própria poesia: pois, num certo sentido, toda poesia é ou deve ser romântica.⁴

Considerações de ordem prática me levaram não a abandonar, mas a postergar tal proposta, que exigia (e exige) um tal volume de leituras, e sua posterior e paulatina maturação, que naquela altura não me pareceram possíveis de ser a contento realizadas em poucos meses. Com isso ia também por terra aquela terceira opção há pouco sugerida, na qual tópicos e concepções característicos do Romantismo alemão seriam mesclados e relacionados com aqueles provenientes da segunda opção naquela ocasião perscrutada.

Essa, que como visto foi a escolhida, privilegiava uma bibliografia com e contra a qual venho nos últimos anos lidando, que em linhas gerais articula, a partir da polaridade conceitual entre comunidade e imunidade, os inevitáveis embates entre as esferas do *mythos* e do *logos*. Uma vez que os propósitos gerais descortinados para serem cumpridos no curso se mantiveram inalterados, os autores e textos foram selecionados, e articulados, em função de seu potencial de situar e discutir amarras, tramas e fluências do pensamento mítico tendo em vista as possibilidades de criação, a partir dele, de comunidades em torno não de obras, mas, ao contrário, de procedimentos e operações artísticas nas quais posições e disposições, ficções e imaginações são postas em jogo em razão de seu excesso de sentido. Excesso eventual, fortuito, desafiante e disjuntivo, mas ainda, e sempre, acontecimento intermédio. Amplas e desafiadoras, as leituras privilegiavam o par conceitual comunidade-imunidade, aportes críticos-teóricos sobre as literaturas e as artes (produzidas em especial desde meados do século XX) e, enfim, sobre as tensas relações entre artes e políticas.⁵

⁴ SCHLEGEL, Friedrich. *O dialeto dos fragmentos*. Tradução de Márcio Suzuki. São Paulo: Iluminuras, 1997, p. 65.

⁵ O programa completo da disciplina, tal como apresentado por ocasião da realização das matrículas, pode ser acessado em <https://literatura.posgrad.ufsc.br/disciplinas/quadro-de-horarios/2020-1/>.

* * *

A primavera de 2019 se foi. Principiou o verão trazendo consigo as festas de final de ano. Distensões tão só ou antes de tudo aparentes: no plano interno, sucessivos curtos-circuitos em nada casuais apagavam luzes, queimavam diálogos, interrompiam ou prejudicavam correntes, isto é, processos de formações e informações, entre tantos vários acometimentos. No externo, a partir de 31 de dezembro, quando foi identificada uma cepa de uma forma de vida antes não encontrada entre os humanos, ou, valha a ironia, no *Homo sapiens* (ou no hiperbólico *Homo sapiens sapiens*, fórmula que pode ser lida como um chamado de alerta para a precária situação do saber), o volume de reportagens e discussões sobre o avanço e as consequências das infecções, seja do ponto de vista dos corpos coletivos, seja dos corpos individuais, foi dia a dia aumentando.

No contexto nacional, em sintonia com o que ocorreu em órgãos oficiais de diversos outros países, a previsível reação, de caráter negacionista, não se fez de rogada, passando a espernear da maneira estabanada que acabaria por se tornar clássica. Chegou enfim o carnaval, que com seus desfiles e trios elétricos confirmou que a suspensão da ordem tendia a deixar de ser temporária e tornar-se uma praxe bastante perigosa, movediça. Afinal, logo após o término das folias extraoficiais, no último dia de fevereiro de um ano bissexto o mundo registrava 1.872 novos casos de infecção e 70 mortes, o que elevava a média de óbitos semanais para 68,6.⁶

* * *

As aulas do Programa de Pós-Graduação em Literatura começaram em 9 de março, de modo que nosso primeiro encontro, no âmbito do curso, ocorreu no dia 10, no final de uma tarde de terça-feira ainda ensolarada. Um dia depois a Organização Mundial de Saúde (OMS) caracterizou a infecção pelo Covid-19 como pandemia, dada a velocidade espantosa de sua disseminação pelo planeta. Embora parte substancial das autoridades, inclusive sanitárias, nos vários níveis de governança, insistisse em denegar ou dar de ombros à gravidade da situação, negligenciando a urgente necessidade de tomar providências imediatas visando resguardar a saúde da população, quando menos

⁶ Dados obtidos em <https://www.rtve.es/noticias/20220609/mapa-mundial-del-coronavirus/1998143.shtml>. Acesso em: 10 jun. 2022.

definir procedimentos, protocolos e lançar campanhas de esclarecimento, em 15 de março a administração central da UFSC determinou a suspensão, já a partir do dia seguinte, das atividades presenciais nos *campi* da Universidade.

Em 17 de março, quando tínhamos nosso segundo encontro, enviei para as e os discentes, parte dos e das quais recém-conhecera, a seguinte mensagem:

como creio que todos e todas vocês sabem, as aulas estão suspensas, entre outras atividades em todo o país. demonstração irrefutável do caráter frágil das vidas, que desse modo, afônico, rima com o pensamento, a poesia.

uma questão: ameaça externa, um vírus pode, e até que ponto, reorganizar uma sociedade? Fundará comunidades? Questões para pensarmos nessas próximas semanas, exilados domésticos que nesse momento somos todos (ou ao menos os que podem, e são muitos e muitas que no momento não podem – de novo, fragilidade).

se na semana passada falamos, mesmo breve, da ideia de comunidade lançada por JL Nancy na *Comunidade inoperada*, hoje iríamos completar o périplo com a leitura do ensaio de M Blanchot motivado pelo de Nancy, e dois ensaios posteriores em que este continua a colocar em questão a ideia do comum, *La comunidad enfrentada*, de 2001, e *La comunidad revocada*, de 2014. O propósito seria, e ainda é, distinguir, e discutir, o ‘puxão de orelha’ dado por Blanchot no jovem Nancy dos anos ao redor de 1983, e as consequentes reviravoltas suscitadas pelo decorrer da história, já que *La comunidad enfrentada* corresponde ao ápice da guerra entre oriente e ocidente (as torres gêmeas, como esquecer?) e *La comunidad revocada* ao incremento da dissolução do sonho comunitário (toda a discussão tendo por fundo as propostas de G. Bataille, que correspondem à 2ª GM e à reconstrução da Europa).

importante me parece atentar para os movimentos que o perfil, o projeto ou desenho da comunidade, em sua tensa relação com a sociedade, vai sofrendo com os influxos da história. Se puderem pensar isso, sobre isso, será produtivo para quando retomarmos a normalidade.

normalidade? isso existe?

abraço a todos e todas.

A partir daí, sendo prorrogada mês a mês, uma vez que contaminações e mortes cresciam de maneira quase exponencial, o face a face da vida, o estar-com, frente a ou ao lado de foi substituído pelos contatos via equipamentos informáticos. Nesse clima de excepcionalidade elevada ao quadrado, começaram a proliferar *lives*, e uma fértil e feliz organização e realização de palestras, seminários e colóquios no ambiente (?) virtual. Foi este um dos modos pelos quais a inteligência, a responsabilidade e cuidado com as e os demais respondeu, nobremente, à barbárie inerente às opiniões e práticas que demonstra-

vam com absoluta clareza que, do ponto de vista do mercado e da política entre nós implantada, a vida é apenas um detalhe, no limite desprezível, descartável qual um bagaço de cana.

Meses tensos se passaram até que as atividades escolares, nos diferentes níveis de ensino, fossem sendo, na medida do possível, gradualmente retomadas. De modo remoto, decerto, pois o quadro pandêmico permanecia severo, com contaminação, internações e decessos permanecendo em patamares bastante elevados. Na UFSC a retomada do semestre via internet, que pressupunha a garantia do acesso do conjunto total de discentes e docentes a redes e equipamentos informáticos, ocorreu a partir de 31 de agosto, o encerramento previsto para 19 de dezembro.

Como as datas do retorno às aulas em Universidades e demais Instituições de ensino foram variadas, uma sintonia nos calendários, inclusive entre distintos níveis escolares, que viabilizava planejamentos e atividades conjuntas, mesmo no âmbito dos núcleos familiares, foi e persevera perdida. A despeito disso, até hoje, 10 de junho de 2022, todos nós, docentes e discentes, insistimos em tentar honrar, da melhor forma possível, nosso compromisso com a educação e o conhecimento, pese ao desgaste emocional decorrente destes mais de 2 anos de insegurança. Este de todo modo não é irreparável como foram, e são, o exorbitante número de mortes, que no momento é superior a 6 milhões, 667.000 delas ocorridas em território brasileiro. Tal empenho e responsabilidade, que tem como uma de suas motivações o engajamento exemplar dos e das profissionais de saúde durante todo esse intervalo de 30 meses, em especial do Sistema Único de Saúde (SUS), faz parte de uma luta coletiva. Uma doação em respeito à morte, cuja negatividade faz comunidade. Simbólica, tal luta traz em seu bojo o luto, ou quando menos assume o luto que não parece ter preocupado, nem incomodado, muitos homens e muitas mulheres ditos e ditas de bem, país adentro e mundo afora.

* * *

Com o cronograma e o programa de atividades ajustado em função da diminuição do número de semanas a princípio previstas para o cumprimento das atividades letivas, tivemos nosso primeiro encontro virtual em 1º de setembro de 2020. A despeito do desconforto que compartilhávamos – posto pouco afeitos à experiência de utilizarmos canais informáticos por longos

intervalos e como meio exclusivo de interação social e laboral, e, ainda, porquanto privados da percepção de simultaneidade que os corpos presentes em um mesmo espaço asseguram, graças aos gestos, às expressões, posturas, falas e farpas –, creio que já naquele dia foi para todos e todas evidente a existência de um desejo de dizer e ouvir, de compartilhar angústias e dúvidas, sentimentos e pensamentos. Foi notável a afetividade que nos aproximou, o calor com que discutíamos e relacionávamos as leituras, e não apenas aquelas planejadas, com o presente em que estávamos. Se antes desse nosso reencontro havia uma expectativa quanto ao que ocorreria na sala, ou melhor, na tela de aula virtual, um temor de que a sempre sadia polifonia poderia não ter lugar, o modo como semana após semana fomos respondendo à necessidade de estar-juntos-embora-distantes indica que tivemos ao menos um relativo sucesso em construir um grupo, uma coletividade, quiçá uma comunidade cujo comum era alimentado pela partilha. Pela troca de posições, intuições, questões, em suma, de reflexões e imaginações que circulavam entre nós, a partir das quais dávamos de si aos demais. Sintoma disso foi a duração dos encontros, que até a conclusão da disciplina em média se estenderam por 154 minutos, se bem me lembro sem qualquer intervalo.

Esse contato, e também contágio, entusiasmados e entusiasmantes, reverberou também nos ensaios que são de praxe realizados e enviados para leitura e avaliação dos docentes. No nosso caso é possível dizer que reiteraram a existência, no abstrato entre-nós, de um envolvente inter-esse. Pois com seus textos, nos quais cada discente selecionou temas, criações ou situações artísticas e/ou literárias pelas quais se afeiçoavam, cada uma e cada um atingiu elevado grau de excelência, revelando que aportes decorrentes ou derivados das leituras e debates foram apropriadamente utilizados como referências, como fundamentos para a projeção de reflexões e associações singulares, do que resultou fundamentações sólidas seja nas exposições, seja nas argumentações e disposições.

Desse conjunto de ensaios selecionamos, para publicação nesta e na próxima edição do *Boletim NELIC*, aqueles que se mostraram mais bem acabados e consistentes em termos críticos, analíticos e teóricos. Lidos em contraponto, os textos indicam a existência de uma rede conceitual que, à medida que os perpassa, que neles se desdobra, possibilita relacioná-los, confrontá-los em suas identidades e diferenças, suas aproximações e seus distanciamentos. Recriações e interpretações, no sentido musical, que acenam para um pensamento livre, que experimentam a liberdade e o prazer de pensar.

Assim, Mária Mercedes Rodríguez, em *A experiência comum*, questiona políticas essencialista e excludentes características da filosofia política moderna, sobretudo a partir de postulações sustentadas por Jean-Luc Nancy, Judith Butler e Roberto Esposito, e, trazendo à baila o esvair-se implicado na experiência interior de Georges Bataille, que abala sejam os sentidos dos corpos, sejam os corpos dos sentidos, para refletir sobre a emergência, em particular nas artes performáticas, de corporalidades poéticas. Estas são vistas como dotadas do potencial de desconstruir territórios cerrados, abrindo-os à aventura de um para-além do enimesmamento e do enquistamento. Articulada às ponderações de Soren Kierkegaard sobre *O desespero humano*, *A experiência interior* bataillana, por sua vez entrelaçada ao seu estudo acerca do erotismo, reaparece no ensaio de Raoni Damiano Soares, *Vivo até a morte: a experiência limite na Crônica da casa assassinada*, que realiza uma instigante leitura da paixão incestuosa entre as personagens de André e Nina no romance de Lúcio Cardoso, no qual a comunhão dos amantes projeta uma crítica feroz ao patriarcalismo estrutural brasileiro.

Dado o contexto no qual permanecemos inseridos, a polaridade que une, separando-as, as noções de comunidade e imunidade atravessa não apenas os textos acima apresentados mas outros mais, como aqueles assinados por Pedro Xavier da Cunha e Luiza de Aguiar Borges. Em *Imunidade e progresso: o caso Lesabéndio*, elas subjazem a uma cuidadosa leitura, de matriz arqueológica, em que Luiza Borges discute o romance de Paul Scheerbart, *Lesabéndio: ein asteroiden-Roman*, cuja leitura motivou Walter Benjamin a consagrar-lhe um ensaio. Em sua exposição, a autora opera a partir de um entroncamento de 3 coordenadas – os avanços técnicos, as dinâmicas das artes e a notável ideia de uma comunidade interplanetária –, para reiterar, após transitar entre intelectuais como Paul Preciado, Ailton Krenak e Aby Warburg, o clamor que todos eles compartilham em defesa da reconstituição de “um espaço de devoção e de reflexão [...] que teria sido substituído pela técnica orientada à exploração”.⁷

Já Pedro Xavier da Cunha, em *Salón de belleza: comunidade e morte*, esmiúça o relato de Mario Bellatin no qual a questão lançada por Jean-Luc Nancy, ou Roland Barthes, “como viver (juntos)?”, é radicalmente invertida, uma vez que ali a narrativa tem o “como morrer?” enquanto mote central. Organizando a análise a partir de um par conceitual estrategicamente articu-

⁷ Nesta edição, p. 66.

lado, gesto e gestão, sua exploração levada a efeito em conformidade à dinâmica do enredo, com perspicácia e rara minúcia, culmina na necessidade, cuja postulação resulta do exercício crítico, de reconfigurá-lo. Isso em razão da identificação de uma série de pressupostos e elipses que o narrador vai disseminando ao longo da novela, mas que permanecem irresolvidos. Tais motivos em nenhum momento esclarecidos levam o ensaísta a postular a hipótese da existência de um princípio, de natureza cosmética, que os antecede e os coordena. Com isso o Salão de Beleza, tornado “Moridero”, passa a ser entendido não mais como uma instituição que cumpria a função de maquiar, ou seja, disfarçar ou embelezar a morte, revelando então sua verdadeira razão de ser: satisfazer o prazer mórbido do narrador em se satisfazer, esteticamente, com o espetáculo de uma agonia a mais rápida possível. Mais uma torção, porém leva Pedro da Cunha a identificar o “Salón-Moridero” como um órgão produtor da morte, a do narrador inclusive, que culmina no fracasso da obra criada por este e no sucesso do relato que a contém.

O próprio título do ensaio de Alessandra Guterres Deifeld, *Literatura indígena: escrita-eco e [re]tomadas a partir do regime estético das artes de Jacques Rancière*, indica que a principal referência bibliográfica escolhida para a discussão de um tema singular, e do mesmo modo atual, difere, ao menos em certa medida, daquelas mobilizadas nos textos até o momento considerados, embora mantenha como horizonte de reflexão a possibilidade de uma existência comum, aberta inclusive à natureza e sua diversidade de formas e modos de vida. Isso porque a ensaísta privilegia a produção literária e artística de sujeitos indígenas, em cujas reivindicações, em tudo salutares, ecoa uma concepção anímica do universo dotada de uma dimensão a um só tempo integrativa e distributiva. Em tal contexto o próprio das existências reside justamente na impropriedade absoluta, isso em função da eterna movência que as caracteriza. O reconhecimento do direito à cidadania das populações originais, garantido pela Constituição de 1988, é o ponto de partida para uma argumentação que identifica e cartografa uma produção literária na qual o eu e o nós se imbricam quase sem restos, exemplo, quiçá paradigmático, de um modo de fazer, sentir e agir no qual o singular se dissolve no plural, ou nele se resolve. Por isso a exigência, ressaltada pela autora, de que as categorias de autor, autoria e autoridade sejam repensadas. E a emergência do “eu-nós”, categoria e conceito chave no ensaio, cuja intervenção no campo das artes acarreta um alargamento do sensível, do factível e do pensável, processo fundamental na armação teórica de Jacques Rancière relativa a distintos regimes

artísticos, ou seja, estéticos e políticos, pautados pela maior ou menor eficácia estética, a gradação correspondendo ao potencial de pluralização de dissensos.

O universo dos jogos é o tema tratado por Elisa Ramos, no caso articulado à questão da comunidade, o que o próprio título do ensaio explicita: Relações entre o tema da comunidade e os jogos. Mas se a autora monta toda uma introdução tendo por base estudos clássicos dos jogos, ou, por outra, estudos dos jogos clássicos (apoiada sobretudo em Johan Huizinga, Roger Caillois e Jeferson Retondar), é com o propósito de colocar em questão uma modalidade específica – resultante do incrível avanço tecnológico das últimas décadas – de jogos eletrônicos, aqueles nos quais jogadoras e jogadores participam ativamente. Os leitores reencontramos a ideia de saída de si presente em *A experiência exterior*, de Georges Bataille, as discussões sobre comunidade propostas por Jean-Luc Nancy e Maurice Blanchot, e, ainda, as relações, também presentes no texto de Alexandra Deifeld e de Alexandre Manoel Nascimento, entre arte e política tais como desenvolvidas por Jacques Rancière. A descrição das possibilidades de atuação, inclusive imprevista ou intempestiva, de jogadoras e jogadores de *The Elder Scrolls, Skyrim*, chama a atenção para o fato de que estas e estes devem para tanto assumir o papel de desenvolvedores do próprio jogo então jogado. Tal torção, que exige posicionamento crítico, é levada adiante na análise de *The Stanley Parable*, dada a possibilidade por este aberta a quem joga de poder desobedecer (gesto considerado a partir dos relatos e reflexões de Frédéric Gros) os comandos ou sugestões que modulam seus movimentos. O que implica uma intrigante ficcionalização do espaço lúdico, uma vez que a repetição comporta diferenciação.

Em Notas para um passeio no parque de diversões com Dalton Trevisan e Katherine Mansfield, Katherine Funke delinea os contornos de uma comunidade de leitura – isto é, contato – e interlocução – ou seja, contágio –, que tem como foco o nome e parte da produção artística de Katherine Mansfield. O fabuloso parque de diversões armado pela ensaísta gira, como é praxe em tais parques, em torno do eixo da leitura – eixo no entanto não em posição vertical, como nos parques reais, porém transversal, o que garante os encontros, ou en-coutros, por ela ressaltados. Grosso modo, esses se dão segundo duas modalidades: a tradução e a traição. A segunda é sugerida através da intersecção insólita, por isso emblemática, entre Dalton Trevisan, vampiro que com suas presas preda a prenda, Katherine Mansfield. Isso desde 1947, com o conto-carta em que a destinatária é também objeto de um processo de

personificação. Como indicado por Funke, o procedimento é recorrente em Dalton Trevisan. Mas o intrigante é que uma de suas reiteraões, mais de 6 décadas depois, mantém Mansfield como alvo, ou vítima, dos dardos apaixonados lançados pelo autor. Paixão compartilhada, é o que lemos, por Vinícius de Moraes, cujo amor, por outro lado, mais contido ou comportado, tenta chegar ao coração da amada não através do sangue, mas do perfume. Já a modalidade da tradução comporta as práticas de Érico Veríssimo, Cleber Mendonça e Ana Cristina César. De todo, é apenas um outro modo de abertura a outrem, uma sorte de reprojção ou retroação sobre um projeto alheio, motivo subjacente à investigação de Katherine Funke.

* * *

Em nome da equipe editorial do *Boletim de Pesquisa – NELIC* desejo a todas e todos uma agradável e venturosa leitura.

Carlos Eduardo S. Capela